



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ANANINDEUA
FACULDADE DE GEOGRAFIA

PAULA BEATRIZ RÊGO MENEZES

**TERRITÓRIO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: UMA ANÁLISE
ACERCA DAS DINÂMICAS URBANAS NA CIDADE DE BARCARENA-PA.**

ANANINDEUA - PA

2022

PAULA BEATRIZ RÊGO MENEZES

**TERRITÓRIO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: UMA ANÁLISE
SOBRE AS DINÂMICAS URBANAS NA CIDADE DE BARCARENA-PA.**

Artigo científico apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues.

Coorientador: Me. Wellington Augusto Andrade Fernandes.

ANANINDEUA - PA

2022

PAULA BEATRIZ RÊGO MENEZES

**TERRITÓRIO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: UMA ANÁLISE
SOBRE AS DINÂMICAS URBANAS NA CIDADE DE BARCARENA-PA.**

Artigo científico apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito total para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

ANANINDEUA, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (orientador)
Universidade Federal do Pará/FAGEO

Me. Wellington Augusto Andrade Fernandes (co-orientador)
Universidade Federal do Pará/NAEA

Prof. Dra. Luciana Martins Freire (examinadora)
Universidade Federal do Pará/FAGEO

Rodrigo Luciano Macedo Machado (examinador)
Universidade Federal do Pará/PPGEO

TERRITÓRIO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS DINÂMICAS URBANAS NA CIDADE DE BARCARENA-PA.

RESUMO

Os territórios das cidades brasileiras e amazônicas vêm passando por transformações aceleradas nas duas últimas décadas do século XXI, como resultado da incorporação desses territórios no contexto de mundialização do capital. Na escala da cidade de Barcarena evidenciou-se um rápido processo de industrialização e de expansão urbana, fatos que tem provocado avanço de novos agentes econômicos, elevado crescimento demográfico além de ampliação das desigualdades socioespaciais nos territórios da referida cidade, evidenciado pelo reduzido acesso à terra e infraestrutura e serviços urbanos. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas demográficas, de expansão urbana e usos do território no município e na cidade de Barcarena a partir dos anos de 2000. Com isso, o método que será utilizado para a fundamentação da pesquisa constituiu-se acerca do materialismo histórico-dialético. Como procedimentos metodológicos, baseou-se a priori em levantamentos e análises documentais. A pesquisa também foi composta com registros fotográficos, produção cartográfica e entrevistas semiestruturadas com agentes do poder público municipal, privados e representantes das comunidades locais. Por fim, os resultados obtidos pela presente pesquisa revelam que Barcarena-Pa apesar do acelerado crescimento urbano ainda constitui intensas relações urbano-rurais, as constantes transformações potencializadas pela indústria, conceberam um desenvolvimento geográfico desigual, com manifestações expressivas nos usos e contra usos do território.

Palavras Chave: Expansão urbana; Territorialidades; Comunidades tradicionais; Geoprocessamento, Barcarena-Pa.

TERRITORY AND SOCIO-SPACE INEQUALITIES: AN ANALYSIS ON THE URBAN DYNAMICS IN THE CITY OF BARCARENA-PA.

ABSTRACT

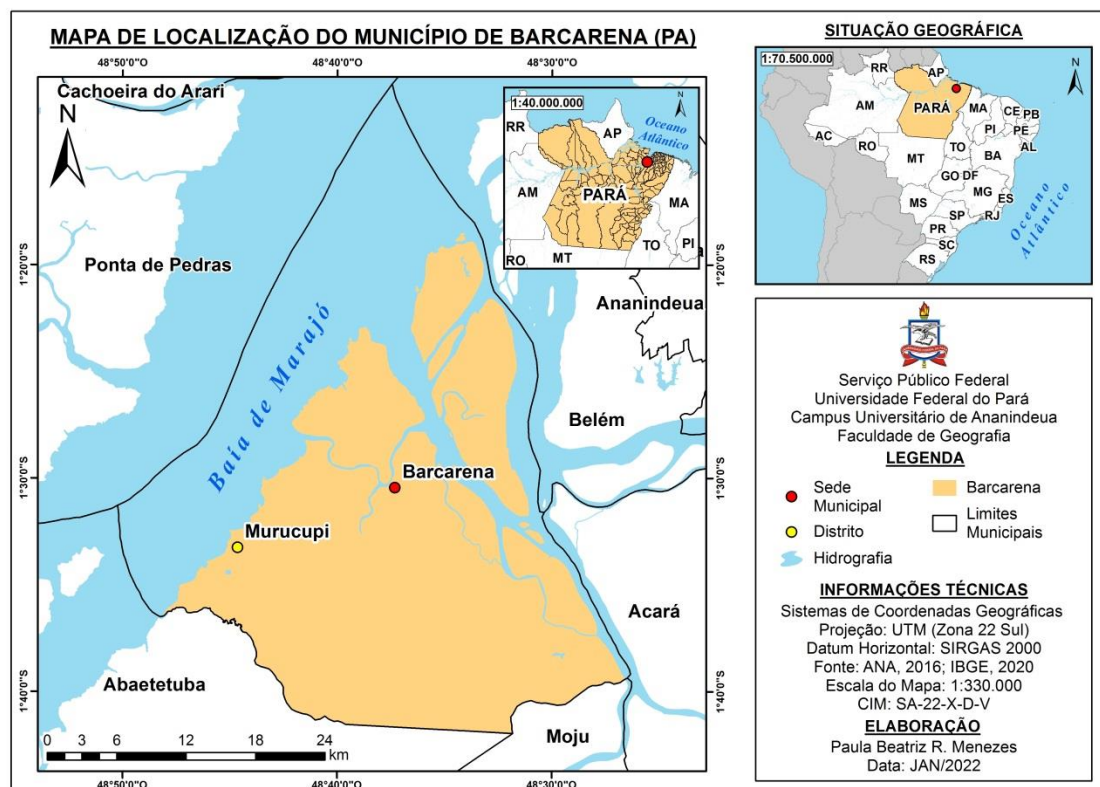
The territories of Brazilian and Amazonian cities have been undergoing accelerated transformations in the last two decades of the 21st century, as a result of the incorporation of these territories in the context of globalization of capital. On the scale of the city of Barcarena, a rapid process of industrialization and urban expansion was evidenced, facts that have caused the advancement of new economic agents, high demographic growth in addition to the expansion and socio-spatial inequalities in the territories of that city, evidenced by the reduced access to land, urban infrastructure and services. Therefore, aim at to analyze the demographic dynamics, urban expansion and uses of the territory of Barcarena from the 2000s onwards. The method used was historical-dialectical materialism. As methodological procedures, it was based on surveys and document analyses. The research was also made up of photographic records, cartographic production and semi-structured interviews with public agents, private and representatives of local communities. Finally, the results obtained by the present research reveal that Barcarena-Pa despite the accelerated urban growth still constitutes intense urban-rural relations, the constant transformations potentiated by the industry, conceived an uneven geographic development, with expressive manifestations in the uses and against uses of the territory.

Keywords: Urban expansion; Territorialities; Traditional communities; Geoprocessing, Barcarena-Pa.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1970 permite identificar algumas mudanças significativas no contexto de ações do governo federal, no sentido de incorporação da Amazônia brasileira no âmbito das determinações da produção capitalista do espaço, sobretudo com a implantação da Política de Integração Nacional, bem como, a partir de ações estruturantes no território amazônico, a saber, implantação de uma rede urbana complexa (rede rodoviária, rede elétrica, rede de comunicações, etc.) (CORRÊA, 1987; BECKER, 1991). Em escala local, este período é marcado por transformações rápidas no município e na cidade de Barcarena (Figura 1), a partir de ações estruturantes nos territórios urbano-rurais do referido município, com rebatimentos profundos nos modos de vidas de comunidades tradicionais (NAHUM, 2006).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Barcarena (PA).



Fonte: Produção cartográfica realizada pela autora em janeiro de 2022

Diante disso, o presente trabalho tem como objeto de estudo o território e as desigualdades socioespaciais. A referida pesquisa objetiva analisar as dinâmicas territoriais e as desigualdades socioespaciais no município e na cidade de Barcarena a partir dos anos de 2000. A modo que se busca discutir estas dinâmicas promovidas pela intensificação urbana nos últimos anos inerentes à nova condição espacial desta cidade

enquanto “cidade na floresta” em suas formas e conteúdos urbanos, bem como em suas diferenciações espaciais e no contexto do território sobre sua origem, seu processo de industrialização, e o modo de vida da população barcarenense, sendo eles: ribeirinhos, indígenas e quilombolas. (TRINDADE, 2010)

Para tal, utilizar-se-á de uma abordagem metodológica baseada no movimento de contradições da realidade social, a esse respeito, Smith (1988) afirma que posto a esta perspectiva possibilita-nos pensar o movimento de ações e relações de produção social do espaço considerando as manifestações particulares da produção capitalista do espaço e suas reverberações na escala das cidades brasileiras, onde se busca traçar uma compreensão das configurações na produção do espaço construído conforme a expansão dos perímetros urbanos, o aumento de ocupações urbanas e o crescimento populacional os quais irão permitir fazer uma reflexão sobre as desigualdades socioespaciais na área de estudo (RODRIGUES, 2015).

Por esse viés, o respectivo trabalho está subdividido em cinco momentos, articulados e complementares, quais sejam: primeiro momento marcado por esta introdução. Por sua vez, o segundo momento será marcado por uma abordagem teórico-metodológica. Com isso, o terceiro momento constituiu-se de uma abordagem histórico-geográfica do município e da cidade de Barcarena. O quarto momento permite analisar as dinâmicas territoriais e as desigualdades socioespaciais em um contexto marcado por usos do território diferentes diversos e desiguais. Finaliza-se com uma conclusão, momento no qual resgatamos alguns elementos da pesquisa e apresentamos os resultados.

Assim, “O processo de urbanização recria o atraso através de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização” (MARICATO, 2013, p. 15), ou seja, o atraso através das desigualdades socioespaciais em função do crescimento urbano desordenado.

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa constituiu-se acerca do materialismo histórico-dialético, sendo o “[...]materialismo dialético porque a sua concepção, o seu método de estudo e de conhecimento dos fenômenos da natureza é dialético, e a sua interpretação, o seu conceito, a sua teoria dos fenômenos da natureza é materialista” (STÁLIN, 2021). Como procedimentos metodológicos, baseou-se a priori em levantamentos e análises bibliográficas de artigos, dissertações, teses, livros que abordam acerca do conceito de território e conceitos chaves como: cidades, uso e

ocupação do território, condições de moradia e cartografia temática. A pesquisa também obteve a composição de registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas¹ com agentes do poder público municipal, privados e representantes das comunidades locais. Além disso, a produção de uma cartografia para que se possa evidenciar a formação do município e da cidade de Barcarena, no que tange a produção territorial da cidade e os seus usos. A partir disso então, compreender os elementos e sistemas inseridos nele.

Por fim, a produção cartográfica constitui a partir de dados dos anos de 1985 a 2020, com o intuito de analisar as configurações e reconfigurações da cidade de Barcarena diante dos processos iniciados em meados da década de 1970 por meio das ações estruturantes da Política de Integração Nacional, além de permitir uma reflexão acerca das transformações territoriais nas últimas décadas. Deste modo, foram desenvolvidos: 1) Mapa de localização da área de estudo; e 2) Mapa multitemporal de uso e cobertura da terra - irá permitir analisar o uso e ocupação do território; e 3) Mapa da mancha urbana do município de Barcarena-PA – onde possibilitará analisar a expansão urbana. Para isso, utilizou-se o *software ArcMap* 10.5 para a produção dos mapas.

No que consiste a sistematização dos dados e a composição cartográfica, foram utilizados dados do Projeto MapBiomias² da Coleção 6, baixados na plataforma *Google Earth Engine* e com isso, o projeto determina 5 passos metodológicos gerais para a geração das coleções anuais, em que: 1) Gera mosaicos Landsat anuais, a partir disso, compreender janelas temporais as quais são otimizadas o contraste espectral e é discriminado melhor as classes do *LCLU*³ em todos os biomas e temas transversais; 2) A aquisição de amostras de treinamento é definida com base em mapas de referência, mapas estáveis de coleções MapBiomias anteriores (invariante classe de pixel) ou interpretação visual; 3) Assim, em cada bioma e tema transversal ajusta-se ao seu conjunto de dados de treinamento de acordo com a disponibilidade de informação e suas necessidades estatísticas.

¹ Segundo Laville e Dionne (1999), o uso da entrevista semi-estruturada proporciona uma maior flexibilidade à coleta de dados, além promover um contato maior entre o entrevistador e o entrevistado, permitindo as respostas mais autênticas as quais favorecem a exploração e o aprofundamento “[...]de seus saberes, bem como suas representações, de suas crenças e valores [...]” traduzindo-se através de uma série de perguntas que seguem o fio condutor da problemática, feitas verbalmente em ordem prevista, entretanto, havendo a possibilidade de acréscimo de perguntas esclarecedoras.

² É um Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil, e possui como iniciativa, o envolvimento de uma rede colaborativa com especialistas nos biomas, usos da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação. Com isso, utiliza-se o processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma *Google Earth Engine* para gerar uma série histórica de mapas anuais de uso e cobertura da terra do Brasil. (MAPBIOMAS, 2020)

³ *Land Cover and Land Use* (Cobertura e Uso da Terra)

Com base no conjunto de dados de treinamento ajustado, o algoritmo aleatório de floresta é usado para gerar um mapa *LCLU* por ano. Com exceção para as classes de Aquicultura e Agricultura Irrigada (pivô central), que tiveram sua identificação baseada na *U-Net Convolutional Neural Network Classifier (CNN)*. Por uma questão de remoção e estabilização temporal e de ruído, filtros espaço-temporais foram aplicados sobre os dados classificados: 4) posteriormente, os mapas *LCLU* filtrados de cada bioma e temas transversais foram mesclados hierarquicamente (integrado) com base em um conjunto de regras de prevalência para criar o produto das coleções; 5) por fim, a análise de avaliação de precisão baseou-se na aquisição de 75.000 amostras independentes, de 1985 a 2018, por ano. A aquisição das amostras de validação seguiu as boas práticas propostas por Olofsson et al. (2014), Stehman et al. (2014) e Stehman & Fody (2019). As transições e estatísticas de cada classe foram derivadas dos mapas anuais de *LCLU*. A análise estatística cobriu diferentes categorias espaciais, como bioma, estado, município, bacia hidrográfica e áreas protegidas (SOUZA et al., 2020, tradução nossa).

A legenda utilizada nos mapas (Tabela 1), baseiam-se no esquema de classificação do Projeto MapBiomias, constituindo-se um sistema hierárquico com uma combinação de classes *LCLU* (SOUZA et al., 2020). As classes que constituíram a Figura 3, situada no tópico “Resultados e Discussões”, predominantemente são: Formação Florestal; Formação Savânica; Mangue; Campo Alagado e Área Pantanosa; Formação Campestre; Pastagem; Área Urbanizada; Outras Áreas não Vegetadas; Mineração; Apicum; Rio, Lago e Oceano; Outras Lavouras Temporárias; e Outras Lavouras Perenes.

Tabela 1 – Códigos das classes da legenda utilizadas da Coleção 6 do MapBiomias.

Coleção 6	Collection 6	Id	Hexadecimal code
1. Floresta	1. Forest Formation	1	129912
1.1. Formação Florestal	1.1. Forest Formation	3	6400
1.2. Formação Savânica	1.2. Savanna Formation	4	00ff00
1.3. Mangue	1.2. Mangrove	5	687537
2. Formação Natural não Florestal	2. Non Forest Natural Formation	10	BBFCAC

2.1. Campo Alagado e Área Pantanosa	2.1. Wetlands	11	45C2A5
2.2. Formação Campestre	2.2. Grassland	12	B8AF4F
2.3. Apicum	2.3. Salt Flat	32	968c46
3. Agropecuária	3. Farming	14	FFFFB2
3.1. Pastagem	3.1. Pasture	15	FFD966
3.2. Agricultura	3.2. Agriculture	18	E974ED
3.2.1.4. Outras Lavouras Temporárias	3.2.1.4. Other temporary Crops	41	e787f8
3.2.2.3. Outras Lavouras Perenes	3.2.2.3. Other Perennial Crop	48	cd49e4
4. Área não Vegetada	4. Non vegetated Area	22	EA9999
4.2. Área Urbanizada	4.2. Urban Area	24	aa0000
4.3. Mineração	4.3. Mining	30	af2a2a
4.4. Outras Áreas não Vegetadas	4.4. Other non Vegetated Areas	25	ff3d3d
5. Corpo D'água	5. Water	26	0000FF
5.1. Rio, Lago e Oceano	5.1. River,Lake and Ocean	33	0000FF

Fonte: Projeto MapBiomias – Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 07 de jan. 2022, através do link: <https://mapbiomas.org/8ódigos-de-legenda>.

A utilização dos mosaicos produzidos pelo MapBiomias se justifica pela relevância e maior concisão dos dados, visto que, são realizados os estudos anualmente, além de fazerem o uso dos sensores ópticos da série de satélites LandSat⁴, aos quais possuem um acervo histórico e contínuas atualizações tecnológicas.

Por fim, a sistematização de tabelas acerca da área de estudo, resultado do

⁴ A priori foi denominado ERTS (Earth Resources Technology Satellite), somente em 1975 chamou-se LANDSAT. Este, teve como objetivo atuar diretamente em pesquisas de recursos naturais, lançado em 1972. Desde então, a série LandSat já lançou 8 satélites, todos com bandas multiespectrais, variando a resolução espacial de 80m, 30m e 15m na banda pancromática (séries LS7 e LS8). (INPE, 2022)

levantamento, organização e triangulação de dados demográficos, econômicos e sociais, além da utilização de dados cartográficos, metadados e de dados espaciais de órgãos públicos como da Prefeitura Municipal de Barcarena; Governo do Estado; IBGE; e multi-institucional como no caso, do Projeto MapBiomias. As variáveis escolhidas constituíram-se de: infraestrutura, moradia e demografia. Já os indicadores são: população residente e migração.

2. ESPAÇO E USOS DO TERRITÓRIO: REVISITAÇÕES CONCEITUAIS.

À luz da abordagem teórico metodológica, a análise da configuração dos usos do território e a produção territorial da cidade busca-se caracterizar estes usos na escala da cidade de Barcarena. A respeito disso, em termos anteriores ao território, é necessária a compreensão primeiramente sobre o espaço e assim concorda-se com Souza (2013), onde inicia uma discussão sobre os conceitos de espaço geográfico, espaço social, organização e produção do espaço, sendo o primeiro um conceito mais amplo, onde se é discutida a “primeira natureza” e a “segunda natureza”, e o segundo seria uma qualificação do primeiro, ao qual existem diferentes dimensões das relações sociais onde emerge a discussão sobre território e lugar.

Desta forma, para explicar o espaço geográfico, o autor propõe que o espaço da “primeira natureza” é “referente à natureza completamente exterior ao homem e não captada a sua consciência” (SOUZA, 2013, p. 30), que seria uma forma mais “laboratorial” com o meio, visto que a relação homem-natureza sempre foi mediada pela cultura e pela história. Em seguida, explica o espaço da “natureza segunda” como os espaços materiais são modificados pela sociedade e sobre espaços simbólicos e as projeções espaciais de poder que de certo modo representam a materialidade e a imaterialidade que o autor chama de “espacialidade social”. Portanto, através destas considerações, pode-se dizer que o espaço geográfico e o espaço social são análogos, sendo o espaço social aquele que falamos do objeto material.

Adiante, Souza (2013) provoca “será que a ideia de materialidade esgota a ideia de espaço social? ”, essa materialidade é denominada de “noção intuitiva” como um passo anterior ao território que tem relação com as limitações e fronteiras que são demarcadas a partir de uma relação de poder. Segundo o autor há diversas formas de demarcações, ou seja, há diversas relações de poder e conseqüentemente não haverá apenas um tipo de território.

Com isso, ao entendermos o que é o espaço tendo como base as reflexões de Marcelo Lopes de Souza, dar-se-á início às concepções sobre a formação do território, sobre as territorialidades e a territorialização. Após isto, será possível discutir os usos do território e a produção territorial da cidade.

Portanto, as reflexões anteriores permitem concordar com Raffestin (1993) em que o autor retrata o espaço como anterior ao território, sendo assim, o território é uma produção a partir do espaço. Mas para se produzir território é preciso necessariamente de um agente produtor de espaço que detenha relações sociais de poder. Nessa perspectiva o autor relata que o território é onde se é projetado trabalho, energia e informação sendo assim “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Seguindo a ideia de territorialidade que Raffestin utiliza ao fato de que o agente produtor do território “territorializa” o espaço, Santos (2006) no primeiro capítulo do seu livro, inicialmente faz uma pequena crítica a linguagem contemporânea sobre confundir território e espaço. A partir disso, tem abordado sobre a ideia de territorialidade como sinônimo de pertencer a algo que nos pertence, pressupondo que o sentimento de pertencer é uma característica humana pelo fato do homem se preocupar com o destino e com as construções para o futuro. Desta forma, nos permite dialogar com Silva (2010) ao dizer que o território é, além de um instrumento de poder político, também é um espaço de identidade cultural.

Entretanto, ao falar da territorialidade, Santos (2006) continua assim dizendo, que o espaço territorial estará sempre sujeito a sucessivas transformações e é visto como unidade e diversidade. Deste modo, se põem como objeto central da história humana ao servir como superfície das diversas etapas, as quais seriam a inserção das técnicas e os sistemas técnicos que incluem de um lado a materialidade e, de outro, os modos de organização e regulação do trabalho, assim, permitindo a discussão do território usado⁵. Segundo o autor, essa organização e regulação permite a criação de uma divisão territorial do trabalho, a qual cria hierarquia entre os lugares e redefine as características das pessoas e instituições.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São

⁵ Santos (2020;1986) entende o território usado como sinônimo do espaço geográfico e permite uma necessidade mais complexa de análise em que constitui o território. Ou seja, o território por si só não é uma categoria de análise e sim, o território usado, devido a noção de “[...]um território em mudança, de um território em processo[...]” (SANTOS, 1986).

os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (M. Santos, 1987; M. L. Silveira, 1997 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2020).

Para Santos (2020), dando continuidade à sua ideia, o território e o mercado estão em condição de conjuntos sistêmicos, mas que constituem um campo de forças interdependentes. Assim, o território como um todo, por meio de agentes, possui capacidade de receber informações de toda e qualquer natureza, desta forma classificando-as e hierarquizando-as como dito anteriormente, a partir disso, com as ações formadas e os objetos técnicos, há a regulação da economia e a regulação do território visto que, o processo de produção é fragmentado por consequência da divisão territorial do trabalho.

Com a regulação do território e a sua fragmentação, pode-se observar a dinamização dos espaços e então os usos do território a partir dos agentes “territorializantes”. Partindo desse princípio, entramos no contexto em que a cidade se insere com sucessivas transformações a partir de agentes, como por exemplo, o capital, o qual acaba sendo um grande ator na produção da cidade. Por isso, Corrêa (1995) afirma que a divisão articulada é uma expressão espacial de processos sociais que é necessário se fazer a compreensão de que neste momento, a apreensão do espaço é um reflexo da sociedade. Sendo assim, a configuração da cidade capitalista é fortemente dividida e segregada mostrando o reflexo de uma complexa estrutura social em classes, por isso o espaço urbano é profundamente desigual.

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. (CORRÊA, 1995, p. 9).

A partir disso, o autor traz em questão que espaço urbano capitalista, além de um espaço fragmentado e articulado, é também, um condicionante social e por meio dos simbolismos e das lutas, foram gerados por agentes que produzem e consomem espaço. Corrêa (1995) expõe sobre a complexidade em que os agentes sociais são responsáveis pelos sucessivos processos de reorganização espacial. Agentes estes, produtores do espaço urbano, são considerados: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Nesse caso, para Roberto Lobato Corrêa, os proprietários dos meios de produção são os responsáveis pelas grandes empresas comerciais, devido à demanda de suas atividades, são grandes consumidores de espaço e para isso, são necessários terrenos amplos e baratos que supram as necessidades de servir como suporte físico e atenda aos requisitos das atividades geradas. Meio a isso, tem-se a problemática referente à especulação fundiária, a qual gera um aumento do preço da terra e conseqüentemente influência sobre as atividades atingindo os salários da força de trabalho, ou seja, reduz o quantitativo de funcionários. (CORRÊA, 1995)

Continuando, refere-se que os proprietários fundiários possuem o intuito de obterem a maior renda fundiária que se tenha o uso e seja o mais remunerado possível.

Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. (CORRÊA, 1995, p. 16).

Segundo Corrêa (1995), referente aos promotores imobiliários, a ação deste agente está diretamente relacionada aos conflitos de interesses das diferentes camadas sociais, tendendo a privilegiar interesses da classe dominante devido a constantemente terem o poder, deste modo reforçando a segregação e a desigualdade espacial característica da cidade capitalista. E foram fundamentais na criação de órgãos como o “Banco Nacional de Habitação (BNH) e das Cooperativas de Habitação (COHAB’s), e a criação de mecanismos jurídicos e financeiros, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), visam viabilizar a acumulação capitalista via produção de habitações, cujo acesso agora é ampliado”. (CORRÊA, 1995, p. 23)

Ao dar prosseguimento e tanger o Estado, Corrêa (1995) observa que ele atua como os outros agentes consumidores de espaço além de ser um agente regulador do uso do solo e dos movimentos sociais urbanos podendo, também, ser promotor imobiliário através de órgãos como a COHAB. Com isso, o Estado regula o espaço urbano da seguinte forma:

- a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- b) regulamentação do uso do solo;
- c) controle e limitação dos preços de terras
- d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;
- e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra, e localização;
- f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano;
- g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando especialmente a ocupação do espaço;

- h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infra-estruturas;
- i) organização de mecanismos de crédito à habitação; e
- j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material. (CORRÊA, 1995, p. 25)

O Estado, assim como os promotores imobiliários, trabalha junto pelos mesmos interesses, tendendo a privilegiar mais uns do que a outros, sendo desta maneira, a viabilizar a reprodução de uma sociedade capitalista e desigual cada vez mais segregada. Suas ações são marcadas por conflitos sociais.

Por conseguinte, Corrêa (1995) ao falar dos grupos sociais excluídos, o autor discorre sobre a clareza das diferenças sociais no que se diz ao acesso de bens e serviços sendo a habitação o principal bem, de modo que grande parcela da população não tem renda para pagar aluguel. É visto também que, quando há a “mão” do Estado para garantir este bem, não é necessariamente acessível aos serviços disponíveis à cidade, a maioria das vezes os loteamentos ou conjuntos habitacionais são distantes dos grandes centros onde se detém a maioria dos serviços prestados. E por fim, o autor considera que estes grupos são agentes modeladores, porque na produção da periferia e da favela estes espaços são uma forma de resistência e sobrevivência sobre as adversidades impostas a estes grupos sociais.

Nesse sentido, Santos (1992) salienta que o espaço é a totalidade e é a partir dele onde se há a possibilidade de dividi-lo e a partir disso então se tem os elementos do espaço, os quais seriam: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Diante disso, estes elementos interagem entre si no espaço e geram uma complexidade de relações às quais irão permear a sociedade definindo formas de produção e de consumo.

Os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros: homens e firmas, homens e instituições, firmas e instituições, homens e infraestruturas, etc. Mas, como já observamos, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, e também pelo fato de essas relações não serem entre coisas em si ou si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, se pode dizer que eles formam um verdadeiro sistema. (SANTOS, Milton, 1992, p. 14)

A partir desse sistema haverão subsistemas que são formados de variáveis. Na sua obra, Santos (1992) refere que todos dispõem de força própria na reestruturação do espaço, contudo esta ação trabalha intrinsecamente com as demais variáveis. Ainda segundo Santos, os elementos do espaço são sistemas, nesse caso um sistema complexo e um sistema de estruturas os quais estão em evolução permanente. Desta forma, “o comportamento do novo sistema está condicionado ao anterior” o que significa dizer

que os elementos espaciais de diferentes períodos representam a evolução da sociedade, os quais os elementos tendem ou não a resistir aos processos de modernização.

3. ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE BARCARENA NO CONTEXTO AMAZÔNICO.

No processo histórico e geográfico da Amazônia, segundo Souza (2009) a história foi um processo herdado e imposto, foi fruto de um impacto colonial. De antemão, a sociedade amazônica já era povoada antes da chegada dos europeus no século XVI, eram organizadas e ocupava-se o território com povoados em nível urbano “[...] possuíam sistema intensivo de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, uma cultura de rituais e ideologia vinculadas a um sistema político centralizado e uma sociedade fortemente estratificada”. (SOUZA, 2009)

É a trajetória que vai da chegada do homem na região aos dias atuais. Mas, como sabemos, a Amazônia é um enorme subcontinente. Não poderia contar uma história sem que esta fosse, ao mesmo tempo, uma das formas da diversidade. Porque o subcontinente amazônico é o resultado de um inverossímil amálgama de diferenças microrregionais, cada uma com sua cultura particular, com a própria história. (SOUZA, 2009, p. 16)

Ou seja, um fundamental elemento estruturante das cidades amazônicas foi oriundo da chegada dos europeus e suas relações com o espaço gerando heranças até hoje. Concordando-se com Souza (2009) sobre as diferenças microrregionais, Trindade Jr. (2015), revela que diante da “natureza complexa da urbanização amazônica” é necessário que haja a diferenciação deste espaço, não se deve considerar esse processo como homogêneo, é fundamental analisar a Amazônia em diferentes formas e conteúdos urbanos existentes nesta região.

Conforme Trindade Jr. (2015), em meados da década de 1960 houve uma nova reestruturação do espaço amazônico, obtendo como principais atuantes, o Estado e o grande capital. Estas mudanças foram proporcionadas através da incorporação de redes de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, permitindo uma rápida ocupação do território “[...] com a presença de empreendedores, especuladores, migrantes, que, intermediados por ações intencionais do Estado, definiram uma nova ordem imposta ao território. ” (TRINDADE, Jr., 2015, p. 99). Ainda segundo o autor, as estratégias de desenvolvimento obtiveram pelo menos três modelos de ordenamento territorial, os quais consistiam em geometrias diferenciadas (os pontos, referente aos polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malha socioambiental).

Assim, considerando Becker (2004) dada as diferenciações internas do espaço amazônico em diferentes escalas. Na escala macrorregional, a autora define, dentro do processo de urbanização difusa como consequências das políticas territoriais, quatro sub-regiões: a Amazônia centro-oriental, diretamente comandada por Belém (PA); a Amazônia ocidental, comandada por Manaus (AM); a Amazônia oriental, comandada por São Luís (MA); e a Amazônia meridional, sob a influência de Cuiabá (MT). E então, retoma-se Trindade Jr. (2015), o qual aponta que esse processo de urbanização difusa vem ocorrendo simultaneamente em diversos pontos do espaço regional dentro das macrorregiões, sendo elas mais ou menos impactadas pelas novas dinâmicas.

A regionalização concebida a partir dos polos foi acompanhada da chegada de novos agentes com procedências diferentes e em ondas migratórias diversas. Eles foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos ou pelo crescimento e expansão de pequenos povoados já existentes, que culminaram, mais tarde, com a reconfiguração da malha municipal, dada a presença de um novo ou renovado poder econômico e político local, que definiu territorialidades cujos epicentros passaram a ser as sedes políticas de novos e de antigos municípios. (TRINDADE Jr., 2015, p. 100)

Nesse contexto de crescimento dos polos regionais, surgimento de núcleos urbanos ou de expansão de pequenos povoados existentes mencionados anteriormente, visamos discutir e permear reflexões acerca de Barcarena. O município situado no estado do Pará localizado a 36,3 km da capital paraense, pertence à mesorregião Metropolitana de Belém, a qual durante décadas vem sofrendo impactos na estruturação da cidade frente às instalações das empresas de minério ligadas à exportação de alumina e alumínio desde as décadas de 1970 e 1980 no território de Vila do Conde⁶, onde os empreendimentos estão situados. Sendo assim, o município está inscrito nas mudanças globais do circuito produtivo internacional na inserção de grandes infraestruturas globais, “porém possuindo sua formação socioterritorial conformada por ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas”. (RODRIGUES; HAZEU, 2019, p. 820)

Desta forma, durante o período militar, em meados da década de 1970 a cidade de Barcarena enfrenta consequências do chamado Milagre Econômico e com isso é lançado um novo olhar sobre a Amazônia na época. Diante do contexto em que Barcarena se insere são consideradas reflexões a respeito do território amazônico nessa conjuntura. Porto-Gonçalves (2017) traz à tona visões acerca disso e aponta que devido a sua posição no interior de países periféricos, a Amazônia não é voz ativa diante o

⁶Segundo PDDU-Barcarena (2006), é reconhecida como distrito. Contudo, segundo metadados do IBGE de Centróide de Distritos (2019), não possui Vila do Conde como distrito e sim, somente, o distrito de Murucupi.

“sistema mundo capitalista moderno-colonial” e perspectivas acerca do território amazônico acabam não sendo originário da região, com isso ele coloca três principais ideias que se tem da Amazônia: “I- Amazônia como natureza prístina; II- Amazônia como vazio demográfico; III- Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos; IV- Amazônia como região do futuro”. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 15)

Para Hazeu e Gayoso (2019) a política nacional voltada para a Amazônia obteve várias fases, planos e investimentos que iniciaram a partir do Programa Grande Carajás⁷, o qual a princípio, não houve a destinação de Barcarena um papel específico nos planos elaborados. Entretanto, causou impactos indiretos e se fez sentir no contexto local. Haja vista, mediante à entrevista com o secretário de planejamento da SEMADE (2019) – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Barcarena – aponta resquícios do impacto. Sendo assim, considera-se uma das ideias colonialistas levantadas anteriormente sobre a Amazônia, a de “vazio demográfico” (PORTO-GONÇALVES, 2017), em que a partir disso, nas palavras do secretário seria:

O lema para: terras sem homens pra homens sem terras se estabelece com uma velocidade gigantesca porque o Governo fazia uma associação, ele cria uma empresa chamada CONSOAL que é o Consórcio Albrás e Alunorte naquele momento e cria uma autarquia também que é a CODEBAR e parte da área que envolve o Estado fica sob o controle do ITERPA e outra parte fica no controle dessa outra empresa CODEBAR né que era uma autarquia criada pra fazer todo o estudo de viabilidade e desterritorialização dos empreendimentos [...] ⁸ (Entrevista cedida ao LAHAM em trabalho de campo realizado em jun. 2019 pelo secretário de planejamento, Jackson Estumano).

Diante disso, segundo documento de Ofício nº 188/2018 — GB/PGM, aponta a exclusão da Prefeitura Municipal de Barcarena do processo de arguição das obras do novo núcleo urbano, após a criação da CODEBAR, a qual tinha como objetivo de executar obras de serviço de urbanização ao novo assentamento urbano de apoio ao complexo industrial, além disso, a Companhia e o Governo do Estado promoveram a desocupação da área a partir do Decreto nº 10.046 25 de abril de 1977. Sendo assim, à luz do Ofício nº 188/2018, considerava-se como área “para fins de utilidade pública”, um polígono cerca de 6.104 hectares no município de Barcarena e, foi atribuído a CDI-PA (Companhia de Desenvolvimento Industrial) a realizar desapropriação das áreas em

⁷ “A implantação do pge foi resultado da imposição do Estado brasileiro na Amazônia, como consequência das influências econômicas de empresas transnacionais, bancos financiadores, empresas estatais e siderúrgicas, não levando em consideração os povos indígenas e as outras populações tradicionais da região, apenas as riquezas minerais” (ANDRADE, 2015, p. 8)

⁸ CODEBAR - Companhia de Desenvolvimento de Barcarena;
ITERPA - Instituto de Terras do Pará.

questão, e a conseqüente remoção das famílias ali residentes, para construção do empreendimento industrial.

Com isso, afirma-se que este processo interferiu e desapropriou 513 famílias, “das quais cento e noventa e duas (192) eram residentes em comunidades localizadas no Território do Conde: setenta e três (73) em Tauá, cinquenta e duas (52) em Ponta Grossa, trinta e nove (39) em Conde, vinte e oito (28) em Pramajó e dezessete (17) em São Joaquim”. (TOURINHO, 1991, P. 51-52; MOURA E MAIA, 1990 *apud* HAZEU; GAYOSO, 2019)

Os habitantes foram sendo deslocados de um canto para outro, perdendo suas bases de sobrevivência e contando com suas redes familiares e sociais para sobreviver, que naquela época ainda podiam lhes servir de retaguarda. Porém, aos poucos todos os territórios foram ameaçados, e envolvidos nos processos de desapropriação e deslocamentos forçados. (HAZEU; GAYOSO, 2019, p. 24)

Desde então, estes deslocamentos compulsórios, promoveram novas condições e novas relações da população em face ao território. Com isso o ato de (re) existir frente à nova condição espacial tornou-se iminente.

4. USOS TERRITORIAIS DA CIDADE E A FORMAÇÃO DE DOIS CENTROS URBANOS.

Meio à Política Nacional de Desenvolvimento e ao Programa Grande Carajás (PGC), Barcarena destaca-se a partir da terceira fase do programa, assim, Coelho et. al (2004) explica que a construção da Albrás ainda se deu pela primeira fase, bem como, a Alunorte. No que consiste na segunda fase, foram implantados outros projetos os quais potencializaram a criação de portos privados. Segundo Coelho et. al. (2004) ampliou-se a demanda acerca dos derivados de minério de alumínio como matéria prima, ou seja, havendo assim, a ampliação na produção. Devido a isso, conseqüentemente, sucedeu a valorização da bauxita, a qual era produzida em Paragominas pela Companhia Vale do Rio Doce. Assim, para escoar o que era produzido, essa fase se seguiu com a ampliação do porto de Vila do Conde, a qual tinha como principal eixo rodoviário a Alça Viária (PA-483) e pela PA-481. (COELHO et. al, 2004)

A viabilidade e o sucesso da primeira etapa dependeram da construção, nos anos de 70 e 80, da Hidrelétrica de Tucuruí, de um lado, e do porto de Vila do Conde, de outro, que visavam, sobretudo, a implantação das empresas transformadoras do minério de alumínio, Albrás e Alunorte. O êxito da segunda fase deveu-se à estruturação de um corredor de exportação ligando, por minerodutos, as minas de caulim do rio Capim a Barcarena. A terceira base conjuga a ampliação da utilização da bauxita do rio Trombetas e a agregação de um novo mineroduto viabilizando o transporte de bauxita (vale

do rio Capim), do município de Paragominas até Barcarena. (COELHO et. al., 2004, p.148)

Ao final da década de 1970, as elites regionais e internacionais financeiras, bem como Albrás e Alunorte na época, desterritorializa as populações do território de Vila do Conde para dar início às grandes construções, daí eliminam-se os sítios e dão-se lugar aos casarios os quais atendiam as demandas das empresas, extinguindo-se a produção familiar e sua força de trabalho dando espaço para a vinda de migrantes com mão de obra qualificada (NAHUM, 2008). Com o processo minero-metalúrgico intensivo não teria como a mão de obra local compreender as formas de trabalho estipuladas pelas grandes corporações, visto que a base econômica de antemão era o extrativismo. Este momento então, ficou muito característico, a influência direta no comportamento da população e a partir disso produziu-se a Vila dos Cabanos como uma espécie de cidadela, “sua implantação objetivou assegurar uma base logística ao grande projeto, pois serviria de moradia aos funcionários das fábricas e de suporte técnico para algumas operações das empresas”. (Silva et al, 2016, p. 4)

Ademais, com a implantação da *company town*⁹ na década de 1990, segundo Silva et al. (2016) houve uma melhoria na economia da região a qual atraiu migrantes na busca de emprego devido às instalações das fábricas em Barcarena. Com isso, houveram espontaneamente ocupações surgindo em locais os quais não constavam no plano urbanístico municipal e não apresentavam ocupações consolidadas. Por esse viés, pode-se analisar a Tabela 2 a seguir, com base nos dados do IBGE, se observa que nos anos 1970 e 1980, o crescimento populacional ainda possuía pouca expressão, aumento de 2.517 pessoas, cerca de 14% na fase inicial de instalação das fábricas. A partir dos anos de 1990, a população residente do município passou de 20.015 pessoas para cerca de 45.946 pessoas, um aumento de aproximadamente 29%. Nos anos seguintes, com a intensificação das migrações para a região de 1991 a 2010, em 19 anos houve um aumento de cerca de 53.913 pessoas, por volta de 85%.

Ademais, como complemento dos dados referente à totalidade, apresentamos a Tabela 3 a qual corresponde aos dados referentes à migração para o município, permitindo fazer a reflexão acerca de onde advém maior parte dos migrantes para a cidade de Barcarena, então, notando-se que são oriundos, em grande parte, da região nordeste e sudeste.

⁹ São cidades implantadas para atender às demandas e as necessidades dos grandes empreendimentos econômicos. Como no caso de Vila dos Cabanos (Projeto Albrás/Alunorte). (TRINDADE, 2005)

Tabela 2 – População por situação de domicílio (população presente e residente), Barcarena – PA.

Ano	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total/Pessoas
1970	15.099	2.399	17.498
1980	13.304	6.711	20.015
1991	24.317	21.629	45.946
2000	35.501	27.767	63.268
2010	63.562	36.297	99.859
2021	-	-	129.333¹⁰

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950-2010.

Tabela 3 – Amostra Migração (Barcarena)

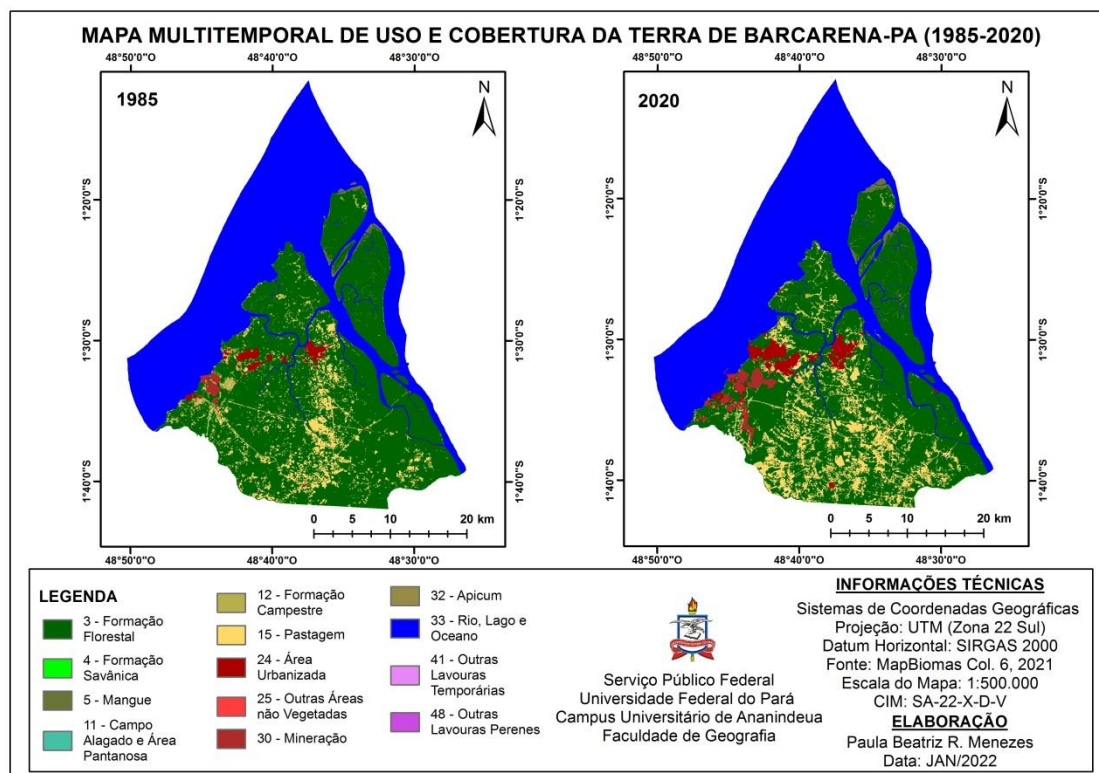
Pop. Residente	99.859	pessoas
Lugar de Nascimento		
Região Norte	93.153	pessoas
Região Nordeste	4.995	pessoas
Região Sudeste	1.037	pessoas
Região Sul	197	pessoas
Centro-Oeste	281	pessoas
Sem Especificação	158	pessoas
País Estrangeiro	38	pessoas

Fonte: IBGE, 2010

Silva e Albuquerque (2004) enfatizam que as instalações da Albrás e da Vila dos Cabanos impulsionaram o ordenamento territorial (Figura 3) no município ao longo dos anos ocasionando, principalmente, à realocação da população nativa os quais ocupavam os locais que eram direcionados às obras destas empresas, a partir desse processo, impulsionou que grande parte da população passasse a morar na área urbana.

Figura 2 – Mapa multitemporal de uso e cobertura da terra.

¹⁰ População estimada.



Fonte: Produção cartográfica realizada pela autora em janeiro de 2022.

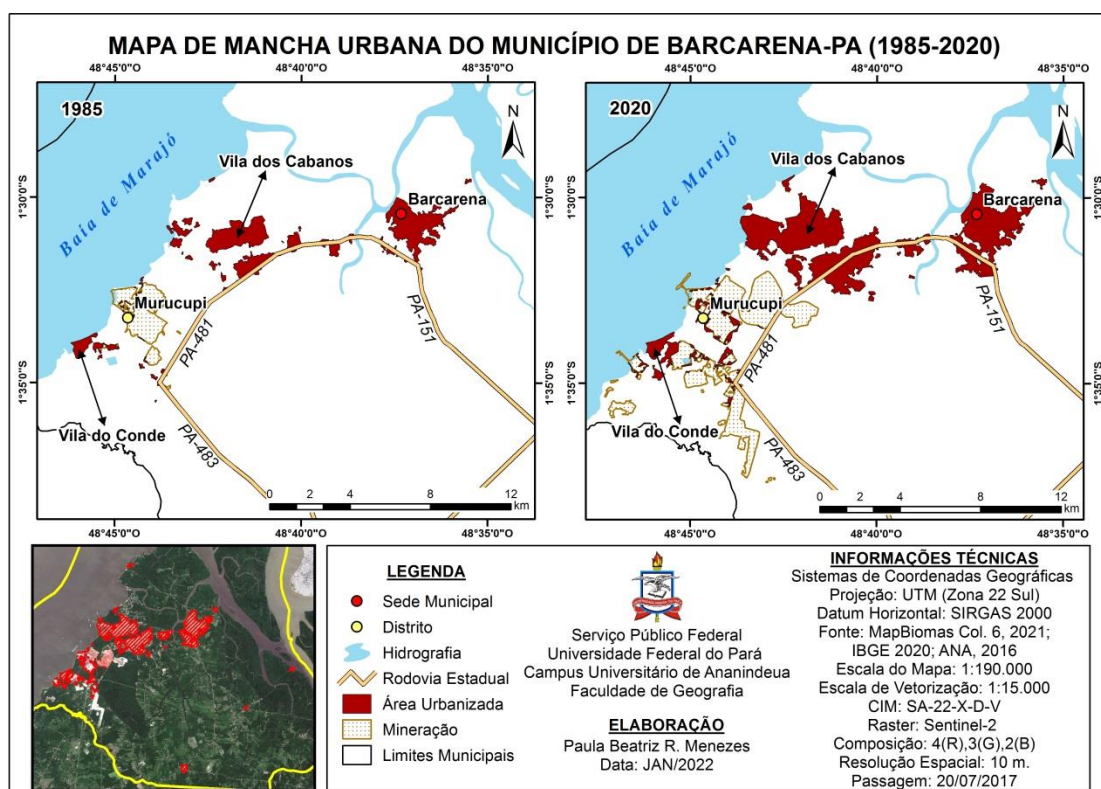
A figura 2 permite identificar entre os anos de 1985 e 2020, um intervalo de 35 anos, a expansão da mancha urbana e observa-se o constante crescimento dos núcleos urbanos de Barcarena, bem como Vila dos Cabanos e em Barcarena Sede¹¹, diante da inserção de infraestruturas permitindo uma reorganização do espaço após a chegada das empresas meados da década de 1970. Nesse sentido, o mapa que corresponde ao ano de 1985 demonstra pouca expressividade dos núcleos urbanos, diferentemente do que se nota no mapa correspondente ao ano de 2020 onde expressa a expansão nas periferias de Vila dos Cabanos, Vila do Conde como esteio das indústrias e dos portos, e Barcarena Sede devido às consequências de melhoria da *company town*. Em meados da década de 1990, de acordo com Silva et. al. (2016), a partir disso a tendência se deu pela espacialização das indústrias pelo território onde pode ser compreendido pelo mapa acima.

A figura 3 evidenciada pelo mapa de mancha urbana, é focalizado a expressividade da Área Urbanizada e o aumento da área disposta ao território referente à Mineração, em que agentes relacionados a esta atividade econômica potencializaram a dinâmica urbana do município, com isso destacou-se Vila dos Cabanos e o distrito de Vila do Conde, para que pudéssemos caracterizar a expansão urbana. Com isso, em

¹¹ Sede municipal.

1985 em área compreendida como Área Urbanizada, tem-se cerca de 14 km² (correspondendo a 0,54% da área total do território), em 2020 obteve um crescimento expressivo para 30 km² (por volta de 1,16%). Simultaneamente, a área associada a atividade da Mineração, em 1985 consistia de 5 km² (equivalente a 0,20%), no ano de 2020 obteve um crescimento potencializado em 17 km² (proporcional a 0,68%). Essa expressividade revela o intenso processo de reestruturação do território, à medida que a atividade minero-metalúrgica cresce e seus efeitos, é provocado o aumento sincrônico da cidade.

Figura 3 – Mapa de mancha urbana do município de Barcarena-Pa.



Fonte: Produção cartográfica realizada pela autora em janeiro de 2022.

Assim, ressalta-se Nahum (2006) que, atualmente em Vila do Conde, encontram-se poucas famílias que ainda vivem da pequena produção agrícola ou do extrativismo e agora trabalham na área urbana de Vila dos Cabanos, na sede do município ou em outra localidade.

Por esse viés, leva-se em consideração um estudo realizado por Hazeu e Gayoso (2019) onde se aponta que há uma intensa tentativa da reorganização da população no sentido de suas referências e de suas profissões tradicionais, no esforço de se inserir em lugares com novas dinâmicas. Ainda à luz disso, no contexto das rupturas discutidas ao longo do estudo, os autores mencionam os obstáculos encontrados à (re) existência

desses povos, no que tange a perpetuação de suas tradições, é somado, ainda, às poucas oportunidades de trabalho nas empresas devido a mão de obra não qualificada, dando lugar ao subemprego. Hazeu e Gayoso (2019) apontam, também, Abaetetuba anteriormente como polo regional comercial, nesse sentido, houve o investimento em cursos profissionalizantes para que pudessem empregar a população na construção e na operacionalização do polo industrial em Barcarena.

Essas relações são expressas, na figura 4 e figura 5. Onde na primeira, é possível observar roupas no varal de uniformes das empresas, uma relação muito forte sobre a substituição das formas de trabalho e na segunda, pontua-se sobre, além da resistência em permanecer nos locais de intensos conflitos entre comunidades tradicionais e empreendimentos, a venda de casas é presente, visto que, algumas famílias são pressionadas a isto por não conseguirem indenização e sofrem com a intensificação das indústrias, assim procuram outro local, geralmente Vila dos Cabanos.

Figura 4 e 5 – Relações territoriais atuais estabelecidas.



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM), Trabalho de campo realizado em junho de 2019 em Barcarena-PA.

Deste modo, cabe ressaltar as palavras de Mário Santos representante do Quilombo de São Lourenço em Barcarena:

[...] é muito colocado que algumas pessoas que são moradores dos quilombos apenas buscam indenizações, e não a melhoria na qualidade de vida dentro da comunidade, por mais que eles concordem que a venda da terra não é algo negociável, ainda procuram tirar vantagem de algumas formas. Outros apoiam e participam de movimentos de ocupação desordenada e invasão das terras, e se não houvesse resistência às famílias tradicionais dos quilombos, eles já teriam perdido suas terras [...] Agora, Barcarena é usada para abrir as portas de saída, por ser mais perto estrategicamente para a retirada de produtos e não há uma fiscalização por conta da água que é roubada da região[...]. (Entrevista cedida ao LAHAM em trabalho de campo realizado em jun. 2019 pelo representante do Quilombo de São Lourenço e membro do movimento Barcarena Livre, Mário Santos)

Nesse sentido, levando os novos usos do território, bem como, a consideração o desenvolvimento das indústrias e a intensificação dos empreendimentos avançando sobre o território, Silva et. al (2016) destaca que os dados socioeconômicos do município, sob o ponto de vista do PIB, apontam o crescimento nas receitas públicas e consequentemente, com o aumento da produção nestas áreas industriais, a eclosão econômica, visto que não há gastos quanto a transformação do produto. A tabela 3 ressalta o PIB do município de Barcarena em relação à capital paraense e demonstra este crescimento econômico expressivo.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto dos Municípios

Produto Interno Bruto	Barcarena	Belém
PIB corrente (x1000\$)	5.369.310,06	106.380,47
PIB per capita (R\$)	43.064,73	24.489,06

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, 2019.

Entretanto, apesar disso, há contradições quanto a uma “eclosão econômica satisfatória” e em contraponto, a desapropriação de territórios e a geração de desigualdades socioespaciais, somam-se a isso, também, os impactos ambientais que a população vem vivenciando ao longo dos últimos anos com a contaminação de rios, igarapés e o solo. Desde 2018 com o “caso Hydro”, ao qual houve o vazamento de rejeitos da mineradora Hydro Alunorte na contaminação do Rio Murucupi com metais pesados, em matéria do G1 Pará (2021), é noticiada ação protocolada na Holanda pedindo reparação a cerca de 11 mil famílias afetadas pelos empreendimentos instalados no estado, principalmente a população de Barcarena e Abaetetuba que são afetados pela produção do alumínio.

O caso Hydro teve repercussão internacional depois do despejo de rejeitos tóxicos da refinaria da Norsk Hydro em Barcarena, no nordeste do Pará, em 2018. À época, a força das chuvas fez com que comunidades de Barcarena, no entorno da mineradora, e vilas de Abaetetuba fossem inundadas por águas avermelhadas, contaminadas com bauxita. Rios, igarapés foram contaminados e comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas tiveram a saúde e o modo de vida afetados. Segundo a ação, as operações afetam comprovadamente o meio ambiente desde 2002, a partir dos incidentes como vazamentos da bacia de rejeitos da empresa. (Matéria cedida no portal de notícias G1 Pará em 09 de fev. 2021, por Taymã Carneiro)

Portanto, ao retomar Santos (1992) é possível analisar o contexto histórico da cidade de Barcarena pelo viés das periodizações das modernizações em que o autor sistematiza em sua obra, é possível mitigar as fundamentais relações estabelecidas nos

usos do território no município, o período tecnológico ou técnico-científico informacional. Diante disso, partindo deste ponto de vista, torna-se capaz de explicar a evolução do espaço através das relações dos elementos e suas variáveis que constituem o sistema da cidade de Barcarena, as quais permitem analisar os usos do território.

A produção cartográfica permite ilustrar o uso e a ocupação do território caracterizado pelo processo acelerado de crescimento da mancha urbana, além de demonstrar o avanço expressivo do desmatamento na área de estudo ocasionado pela industrialização e a expansão da cidade, os quais originaram a intensa exposição do solo. Assim, nos permite a reflexão das intensas modificações do território e do modo de vida existente nas adjacências do espaço metamorfoseado pelas indústrias.

Deste modo, os elementos compuseram a estruturação e a reestruturação espacial do município, permeando pelas modernizações a partir da inserção das unidades fabris ligadas à atividade minero-metalúrgica em Barcarena, sendo assim expressas aparatos de infraestruturas urbana, portuária e rodoviária de suporte aos projetos industriais ligados à esta atividade. Contudo, com visita *in locu*, sabe-se das problemáticas em relação a estes suportes visto que pouco atende a população do município.

CONCLUSÕES

Anteriormente, como é colocado por Rodrigues e Hazeu (2019), a formação da cidade de Barcarena é composta por ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas. Ao discutirem-se as significativas alterações enfrentadas ao longo de décadas, pouco se olham para os que já estavam ali, os quais dependiam da caça, da pesca e do plantio, e que hoje sofrem com as metamorfoses ocasionadas no seu modo de vida ao transformar um meio de subsistência em apenas um trabalho laboral, tornando-o assalariado das indústrias como a Hydro Alunorte, por exemplo. Para, além disso, torna-se fundamental compreender que as aceleradas mudanças resultantes do processo de reestruturação da cidade vêm contribuindo não apenas para a expansão acelerada do processo migratório em direção à Barcarena, mas para novos usos e abusos do território da cidade, para a intensificação das diferenciações socioespaciais e aprofundamento das desigualdades socioespaciais, expressas nas paisagens urbanas desta “cidade DA e NA floresta” a qual ao mesmo tempo revela dinâmicas rurais e utiliza-se de recursos da floresta com meio de subsistência, também possui o “espaço floresta” enquanto recurso exploratório (TRINDADE, 2010), compreendida aqui enquanto mosaico de espacialidades urbanas diferentes, diversas e desiguais.

Nesse contexto, torna-se necessário a reflexão diante dos processos relacionados aos agentes econômicos que vem gerindo no município um aparato de infraestrutura para atender a demanda industrial, como a implantação da *company town*. Por meio disso, no que tange às diversas problemáticas exploradas ao longo do trabalho, são permeadas pela expropriação do território de povos caracterizados como tradicionais, ocupações irregulares as quais foram um fator preponderante para o crescimento urbano atual, além de acidentes ambientais gerados pelo uso corporativo do território (SANTOS, 2006) para atender demandas de indústrias.

Com efeito, os processos de aceleradas transformações territoriais na escala municipal de Barcarena constituem resultado de um desenvolvimento geográfico desigual, com manifestações expressivas nos usos e contra usos do território, fato que requer a construção de perspectivas de aprendizagem territorial, nos termos de Rocha (2016) a partir do qual, os atores sociais e a gestão pública possam conceber e realizar processos reivindicatórios a partir de espaços de diálogos, de maneira a contribuir na produção de cidades inclusivas, inteligentes, saudáveis e sustentáveis.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primordialmente a Deus, por ter sido meu esteio em momentos difíceis, sem Ele não saberia como continuar.

Aos meus familiares por todas as motivações e apoio ao longo da vida, principalmente nos últimos anos. Obrigada por me darem colo quando eu precisei, eu os amo demais!

Aos meus amigos que estiveram comigo nessa caminhada árdua, aos que permaneceram e aos que ao longo do caminho se foram. Agradeço pelo aprendizado diário, pelo carinho, pelo acolhimento, sem vocês nada seria LEGENDÁRIO!

Por fim, esta pesquisa só seria possível diante do financiamento de um ano do CNPq e o apoio da Universidade Federal do Pará – UFPA nos anos de bolsista PIBIC e pelos incentivos à pesquisa, além destas instituições, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues e o meu co-orientador Me. Wellington Augusto Andrade Fernandes por acreditarem no meu potencial e incentivarem nas melhorias a serem alcançadas na elaboração deste trabalho. Além disso, agradeço aos parceiros do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia – LAHAM nas contribuições durante a realização do trabalho de campo no alicerce dos caminhos a serem traçados com o estudo realizado. Assim como, às entidades do poder público, de

agentes privados e ao representante quilombola da Vila de São Lourenço e membro do movimento Barcarena Livre aos quais contribuíram para a construção das reflexões acerca do que foi debatido ao longo deste artigo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. P. de. A Amazônia e o Projeto Grande Carajás: entre as tentativas de desenvolvimento da região e os problemas causados às populações indígenas. **Mundo Amazônico**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.15446/ma.v6n2.52950. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/52950>. Acesso em: 10 de jan. 2022

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Atica, Principios. 1991.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

BRASIL. **Lei 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16665.htm. Acesso em: 20 set. 2021

CARNEIRO, Taymã. Contaminação de rios em Barcarena, no PA, que afeta 40 mil pessoas vira processo internacional na Holanda. **G1 Pará**, Belém, 09 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/09/acao-coletiva-leva-caso-hydro-no-para-a-justica-holandesa.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2022

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SANTOS, Ivaneide Coelho. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. v. 11, n. 1, p. 141-178, jun. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **R. bras. Geogr.** Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, jul./set. 1987, p. 39-68

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haebaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29

HAZEU, Marcel Theodoor; COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Relatório Técnico: conflitos e formação social do território do Conde**. Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia: GESTERRA/PPGSS/ICSA/UFGA. Relatório de pesquisa nº 01. jul. 2019.

IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. **Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, vol 54, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Disponível em <<http://www.dgi.inpe.br/documentacao/satelites/landsat>>, 2022. Acessado em: 14 jan. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Disponível em <<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/barcarena.pdf>>, 2011. Acessado em: 17 dez. 2019

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.

NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. Rio Claro: [s.n.], 2006

NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Geosul**: Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan. /jun. 2008

PARÁ. Procuradoria Geral do Município. In: Prefeitura Municipal de Barcarena. Ofício nº 188, 2018. Disponível em <https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/08/1.-Historico_Barcarena-PA.pdf>. Acessado em 11 de nov. 2021

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. Disponível em: <<http://www.barcarena.pa.gov.br/>>, 2019. Acessado em: 17 dez. 2019.

PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Disponível em: <<https://mapbiomas.org/>> 2020, acessado em 07 de jan. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder. Território e Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993

ROCHA, G. M. “Aprendizagem territorial”. In: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (Org.). **Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016, pp. 9-24.

RODRIGUES, Jondison Cardoso; HAZEU, Marcel Theodoor. Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 818-838, 12 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2457>

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. IN: **Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. ano XII. nº 2. p. 15-26. ago-dez. 1999. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986

SOUZA, at. al. Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. **Remote Sensing**: v. 12, p. 17, 2020. 10.3390/rs12172735

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Editora Valer, 2009.

SILVA, A. C. da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território nas tramas das significações imaginárias**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT- -UNESP-Presidente Prudente, 2010, 340 f. (Anexo).

SILVA, Christian Nunes da; et al. Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará – Brasil): População, arrecadação e segurança pública. **RE – Espacios**, v. 38, p. 24, Ano 2017.

SILVA, C. N.; ALBUQUERQUE, A. M. Organização Social: Demografia, família, associativismo e participação política. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambiocca (Barcarena, PA)**. Belém: NAEA/UFPA, 2004, p. 137-184.

STÁLIN, Joseph. **Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico**. Clube de Autores, 2021.

TRINDADE, S. C. C., Jr. A cidade na Floresta: os “grandes Objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico. **Revista IEB**, (n.50), 2010, 113-137.

_____. Pensando a modernização do território e urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**: Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015. DOI: 10.4215/RM2015.1404.0007

VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. **Espaço social e populações tradicionais na Amazônia: conflito e resistência**. Relatório de Pesquisa. Belém: UNAMA, 1999. 96 p.